

Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo*

Claude Dubar**

Primavera, UMR - Unité Mixte de Recherche*** (Université-CNRS)

Resumo

Esse artigo pretende analisar algumas das diversas definições sobre o conceito de indivíduo na teoria sociológica. Vai ser mostrado que elas dependem, sobretudo, da concepção da linguagem. Vão ser mostrados quatro termos – “agente”, “ator”, “sujeito” e “autor”, que condensam quatro modalidades de se considerar o indivíduo e o social. Elas se relacionam a quatro *formas identitárias* típicas que compõem a identidade social dos indivíduos, além de estarem diretamente relacionadas a quatro “paradigmas” sociológicos franceses. A seleção desses quatro paradigmas me possibilita juntar às concepções de indivíduo e da subjetividade, uma teoria da linguagem, sobretudo as relações entre a linguagem da teoria e a linguagem comum.

Palavras chave: identidade – indivíduo – teoria social - linguagem – teoria da linguagem

Abstract

This article intends to analyze some of the several definitions of the concept of individual in social theory. It will be shown that they depend mainly on the linguistic conception. Four terms will be shown – “agent”, “actor”, “subject” and “author”, which represent four forms to envision the individual and the social environment. They are related not only to the forms that make up the social identity the individuals may have, but also to four French sociological paradigms. The selection of such paradigms enables me to connect a theory of language to the conceptions of individual and identity, especially in what concerns the relationship between the theory of language and the standard language.

Key words: identity – individual – social theory – language – theory of language

* Artigo apresentado no Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia, em fevereiro de 2004.

** Claude Dubar é sociólogo e professor emérito da Universidade de Versailles

*** UMR = Unidade Mista de Pesquisa, ligado ao CNRS, que corresponde mais ou menos ao CNPq.

Este texto está destinado, antes de mais nada, a provocar reações e, assim espero, a suscitar um debate sobre as *denominações* que os sociólogos fazem dos indivíduos em seus textos. O trabalho desenvolve algumas hipóteses que formularei, de maneira provisória, da seguinte forma: 1) as diversas maneiras que os sociólogos têm (isto é, os representantes franceses mais importantes das principais “teorias sociológicas”) de pensar e definir os indivíduos (ou, para alguns, “o indivíduo”) dependem estreitamente das suas *concepções da linguagem* e do tratamento que a elas é dado; 2) os quatro termos que escolhi constituem pontos de vista sobre o indivíduo e o social, todos legítimos *a priori*, traduzindo-se por *denominações diferentes* que serão consideradas como sintomas das distintas maneiras do fazer sociológico; 3) os termos “agente”, “ator”, “sujeito” e “autor” condensam quatro modalidades de se considerar e *tratar as palavras dos indivíduos*, mas também as concepções das relações entre linguagem erudita e linguagem primitiva; 4) estas quatro denominações devem relacionar-se com quatro *formas identitárias* típicas, que permitem aos indivíduos se definirem pelos outros e definirem-se a si mesmos: são os componentes da sua identidade pessoal

Neste texto citarei os quatro “paradigmas” sociológicos sucessivos, por meio de fórmulas reivindicadas por alguns autores que são representativos, na França, dessas “teorias”, em algumas obras emblemáticas. Outras categorizações existem, outras classificações são possíveis. Escolhi esta apresentação pelo fato de que ela me permite determinar o ponto de vista específico desenvolvido parcialmente em *Analyser les entretiens biographiques* (1997) e que decidimos, Demazière e eu, chamar de “sociologia *indutiva*” e que eu às vezes chamo de “hermenêutica”. É assim que a expressão “sociologia *científica/dedutiva*” reivindicada pelos autores de *O ofício de sociólogo* (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1968) permitirá uma comparação com argumentações a partir de dois pontos de vista diferentes sobre o social e a linguagem. Do mesmo modo, o que muitos chamam de “análise *estratégica*” e que é longamente desenvolvida em *L'acteur et le système* (Crozier e Friedberg, 1977) parece basear-se em uma concepção da linguagem e da subjetividade diferente das duas precedentes. O último paradigma é mais difícil e delicado de se nomear: é justamente aquele em que os indivíduos são, em geral, designados como “sujeitos” (às vezes mesmo, “Sujeitos”), mas em um sentido não muito preciso. Na França é, em geral, associada à posição de Alain Touraine, cujas últimas obras utilizam copiosamente esta denominação. Poderíamos utilizar a expressão “intervenção sociológica” para designar essa perspectiva, mas ela não dá conta inteiramente da especificidade do seu ponto de vista sobre a subjetividade. Do mesmo modo, a denominação “sociologia dos movimentos sociais” não informa muito mais sobre essa noção do sujeito. Finalmente, optei por essa perspectiva sociológica – revista por François Dubet em *Sociologie de l'expérience* pela expressão, reivindicada por ele (1994, p. 257), de “sociologia *clínica*” (utilizada também por outros sociólogos, como Vincent De Gauljac) na medida em que são as experiências dos sujeitos singulares que fornecem os dados a partir dos quais o sociólogo intervém, constrói a sua interpretação e a propõe à(às) pessoa(s) interessada(s).

Existem muitas outras “correntes”, isto é, “paradigmas”, da sociologia do que estas que selecionei (individualismo metodológico, sociologia cognitiva ou pragmática, etno-metodologia etc.). Se privilegiei àquelas, é porque elas me possibilitam juntar os três componentes da minha análise: uma concepção de indivíduo (associada a um termo específico), um enfoque da subjetividade e uma teoria, ao menos implícita, da linguagem (e, sobretudo, das relações entre a linguagem da teoria e a linguagem comum). São estas configurações que quero apresentar muito esquematicamente, e debater neste texto.

A sociologia científica e o seu agente

Como muitos sociólogos de minha geração, aprendi as regras de minha atividade de pesquisador no *O ofício do sociólogo* (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1968) cujo segundo volume, embora anunciado, jamais apareceu. Nele descobri que os indivíduos, enquanto “sujeitos sociais”, rebatizados *agentes*, deveriam ser objetivados para que seja possível a construção de objetos sociológicos suscetíveis de conhecimento “científico”. O princípio da “não-consciência”, em virtude do qual “não se deve jamais tomar as razões invocadas pelos indivíduos pelas causas profundas do que eles fazem e que escapam à sua consciência” (*ibidem*, p. 38), é o que permite que não se caia na “sociologia espontânea”, a do senso comum, das opiniões e das pré-noções. A *ruptura epistemológica* permite ao sociólogo “científico” objetivar os sujeitos sociais que se tornam, assim, na teoria, “agentes”, isto é, “*indivíduos considerados na prática e imersos na ação, agindo por necessidade*” (Bourdieu, 1994: 67). O erro canônico do sociólogo “espontâneo” (aquele que não rompeu com as suas crenças) é o de “imputar aos agentes a sua própria visão” (*idem*) enquanto que o sociólogo “científico”, graças à objetivação – incluindo a sua, enquanto sujeito da objetivação – pode restituir essas lógicas práticas através da reconstrução dos “*esquemas de habitus*”¹, produtos da incorporação do mundo social” (*ibidem*, p. 166).

Como atingir e restituir essas lógicas da prática, e reconstruir esses esquemas? Certamente, não reproduzindo os discursos justificadores dos agentes. Porque, escrevem os autores do manual, é a “maldição das ciências do homem ter como assunto um objeto que fala” (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1968, p. 64). A *linguagem comum* dos agentes “encerra, em seu vocabulário e em sua sintaxe, toda uma filosofia petrificada do social” (*ibidem*, p. 45). Essa linguagem “comum, vulgar” (*idem*) é o veículo das “prenoções, dos estereótipos, os de uma filosofia ingênua da ação”, que faz desta o resultado “de deliberações conscientes e voluntárias”, ao passo que ela é o “produto de um sistema que engendrou seu *habitus*”. É por isso, explicam, que “*o sentido não pertence ao sujeito, mas ao sistema*” (*ibidem*, p. 39) e que as palavras dos agentes não permitem, portanto, apreendê-lo. Para reconstituir o sentido objetivo das *práticas* dos agentes, o sociólogo “científico” deve *romper com os discursos do senso comum* e produzir, com os seus conceitos (extra-comuns?)², a

1 “*Habitus*”, noção filosófica muito utilizada por P. Bourdieu, é diferente de “hábito”. Seria como uma incorporação de experiências, que permite ao agente sentir e interpretar o mundo social. (N do T)

2 Em francês: “sens ordinaire”, para “senso comum”. Daí, em francês, o autor usa “extra-ordinaires”, que permi-

teoria – empiricamente fundada – do sistema que os engendrou. A linguagem comum é “apreendida” nas necessidades da ação, estrutura-se por meio do que Bourdieu chama de *ilusão* (*illusio*, de in-ludere: brincar dentro), quer dizer, no engajamento do agente na sua prática, sua ação que vai “da prática à prática, sem passar pela consciência”, o que faz com que os que estão mais dominados “*não falem mas sejam falados*” (Bourdieu, 2002, p. 255). É uma linguagem operacional, instrumental, que acompanha a ação e se inscreve nas *relações de dominação*: é um “*instrumento de ação e de poder*” (Bourdieu, 1994, p. 67).

Neste primeiro paradigma, que foi formulado por Durkheim em *As Regras do método sociológico*, a sociologia clássica (em geral, funcionalista) considera a subjetividade dos sujeitos sociais como obstáculo ao conhecimento, não tanto pelo fato de que seja uma expressão individual e não “coletiva”, mas pelo fato de que seja expressa em uma linguagem que não é e não pode ser aquela da ciência social. O que Durkheim chamava de “pré-noções” e que Bourdieu chama de “ilusão” é o fato de que a subjetividade dos agentes adere necessariamente a crenças coletivas que não são conscientes, e que são ditas em uma linguagem instrumental que dissolve estas crenças na evidencia da ação. Para fazê-las aparecer como o que realmente são, é preciso romper com estas evidências, distanciar-se radicalmente destas práticas e transformar seus sentidos subjetivos em pressões objetivas. A linguagem das coerções e das determinações, aquela da objetivação das práticas enquanto efeitos do sistema, e das posições dos agentes no referido sistema, não pode ser a dos sujeitos sociais: só pode ser uma linguagem construída, sobressalente, resultante de uma visão de conjunto (*theorein*=ver), separada de qualquer implicação com uma “posição” particular. Se a ciência social é possível, é porque a construção de tal linguagem é considerada como um objetivo da atividade científica. O conhecimento supõe esse objetivo de uma *linguagem bem construída* que seria, ao mesmo tempo, suficientemente racional para constituir um corpo de conceitos logicamente interligados, e suficientemente ajustada às realidades sociais para que estes conceitos sejam operatórios, aplicáveis aos fatos sociais.

A análise estratégica e seu ator

A segunda figura da sociologia, exposta em *O Ator e o Sistema* (Crozier e Friedber, 1977), é diferente da precedente. Para os teóricos da análise estratégica, o termo “ator” não designa a figura do agente, porque se trata de um indivíduo “*autônomo, capaz de cálculo e de manipulação e que não apenas se adapta, mas inventa, em função das circunstâncias e dos movimentos dos seus parceiros*” (*ibidem*, p. 38). O termo “cálculo” corre o risco de orientar o leitor para a figura, econômica por excelência, a do *homo aeconomicus* racional, abstrato e “otimizado”, mas seus autores explicam que a figura de ator que utilizam não é “de um ser psicológico com necessidades abstratas, ou de um *homo aeconomicus* que persegue um objetivo de otimização, mas muito mais um *constructo humano* capaz de aproveitar as oportunidades, isto é, de desenvolver *estratégias*” (*ibidem*, p. 39). A expressão “constructo

te um jogo de palavras que “extra comum” não permite. (N do T)

humano” remete a uma forma particular – diferente da precedente – de construção social: trata-se da inserção de um ator, *que não se reduz a um indivíduo*, em um “contexto organizacional” *que* será redefinido como “sistema de ação concreta”. Se não existe ator sem sistema, também não existe sistema sem *atores sociais* que o definam como um conjunto de relações de poder entre atores. Se o sistema de ação é chamado de “concreto”, não é somente porque ele é contingente, não determinista, o que não quer dizer arbitrário, mas também porque os atores que o constituem são definidos concretamente pela sua posição e *dinâmica* de poder nesse sistema. Não é, portanto, um “sistema abstrato produtor de *habitus*” que é assim designado, mas uma “configuração concreta de atores, interligados por relações de poder” (*ibidem*, p. 64).

Ao contrário do agente individual que, na perspectiva precedente, é um produto do sistema, de sua incorporação sob a forma de dispositivos para a ação, *o ator estratégico* é “definido” por sua situação, ao menos pela definição que dela dará, e pela estrutura de jogos na qual está imerso, ao menos pela leitura que faz dela, em resumo, pelo *contexto vivido* que o define como um ator participante de um coletivo. É deste contexto, de sua leitura das oportunidades que ele encerra, que o ator tira os seus recursos: “É a ocasião que faz o ladrão” (*ibidem*, p. 76). A interação coletiva prevalece, portanto, sobre a incorporação individual. Os jogos não se jogam mais de antemão: a *contingência* não é um dado secundário, está inscrita na indeterminação das estratégias dos atores. Os indivíduos que se tornam atores, engajando-se *com outros* em jogos estratégicos, o fazem *livremente* mas, ao fazê-lo, o fazem *sob coerções* inscritas nas regras destes jogos e nas definições de atores que delas procedem. Eles não estão na ilusão “individual” de um investimento prático do agente, agindo sob ameaça da necessidade, estão nos riscos “coletivos”, compartilhados, de experimentarem coerções livremente consentidas, mas compartilhadas coletivamente.

A *subjetividade* do ator é, portanto, mobilizada por suas estratégias de poder (não no sentido de dominação, mas de influência, incluindo a cooperação e a aliança), mas é uma subjetividade inteiramente subordinada à ação *coletiva*. É a razão por que, no método do sociólogo participante, para compreender essa ação e fazer uma análise estratégica, o “mergulho na subjetividade dos atores” é um recurso que permite ao sociólogo definir, desde o interior, os atores coletivos, graças à descrição da situação de cada um (*ibidem*, p. 397). As entrevistas são, portanto, ferramentas indispensáveis para compreender e relacionar essas “definições da situação” dos atores e suas antecipações da dinâmica do sistema. Contrariamente à problemática precedente, o que importa entender não é o passado e a incorporação de capitais pelos indivíduos-agentes, mas, sim, o *futuro* e a exteriorização das estratégias implementadas para modificar o sistema concreto, pelos atores-coletivos. É porque a criatividade, a inventividade, a *iniciativa estratégica* são consideradas como uma dimensão da subjetividade daquele ator. Não são nunca características puramente individuais, biográficas e pessoais, mas percepções partilhadas em um sistema social concreto. Não é a adaptação individual às regras do jogo que faz o ator, mas o conjunto das iniciativas coletivas que ele antecipa e implementa, com outros, para tentar modificá-las

em seu proveito.

A *linguagem* é, aqui, considerada como um meio de expressão do “vivido”: aquilo que é acionado nas entrevistas pode ser qualificado de *expressivo*: o sociólogo recebe “as situações do modo como elas são percebidas” e os “motivos da ação do modo como foram vividos” (*ibidem*, p. 397). Ao contrário da entrevista “fictícia” com o agente, a entrevista estratégica é uma descoberta que fornece ao sociólogo “a indicação das escolhas subjetivas” e “a expressão das estratégias efetivas”. A linguagem é, de alguma forma, *transparente*: as entrevistas falam deles mesmos e os atores de *O ator e o sistema* não questionam o fato de que são palavras, e não ações. Do momento em que a relação entre os atores e o sociólogo não é específica, no que se refere às outras relações (exceto o fato de que o sociólogo não é, em geral, ator do sistema que estuda), é suficiente que a relação se possa estabelecer sob a forma de cooperação e de aliança, para que a palavra dos atores seja considerada como uma *fonte de conhecimento*, não tanto do ator enquanto indivíduo singular, mas do ator estratégico de um sistema *com outros*, quer dizer, de uma *personagem social* engajada em uma ação estratégica e identificada com um *sócio coletivo* (a direção, tal sindicato, tal categoria, tal associação etc.). Componente expressivo de sua estratégia, co-extensiva à sua identidade de ator, essa linguagem comum ao sociólogo e ao ator social permite que se reconstrua o sistema de ação. Situamo-nos no extremo oposto da concepção precedente: sem a palavra dos atores, o sociólogo não poderia dizer nada das estratégias nem do sistema concreto, quer dizer, das relações de poder “vivas”, quer dizer, “expressas” pelos indivíduos, *enquanto atores* daquele sistema. É porque o objeto do sociólogo é a ação e não o indivíduo, a ação coletiva e não os comportamentos individuais, que esta sociologia faz do indivíduo um ator componente ativo de um sistema.

A sociologia clínica e o seu sujeito reflexivo

Não ocorre o mesmo com a figura do sujeito reflexivo. É, talvez, em *Critique de la Modernité* (1992) em que Alain Touraine foi mais longe na afirmação de um indivíduo moderno singular, que foge inteiramente dos modelos precedentes, tanto de “agente ativo” como o de “ator estratégico”, para defini-lo como uma espécie de sujeito existencial, um “sujeito no mundo, que se sente responsável por si mesmo e pela sociedade” (*ibidem*, p. 262). Poderíamos pensar que estamos lendo um ensaio de Sartre quando o vemos definido como uma “liberdade criativa”, uma *subjetivação*, quer dizer, “uma consciência impelida à gestão responsável de sua própria vida” (*ibidem*, p. 266) ou diante de uma repetição de Freud quando o sujeito é definido como “a passagem do isso ao Eu” (*ibidem*, p. 271), “construção da unidade de uma pessoa”, ou como um Ego, “esperando o êxito da sua vida sexual”, ao mesmo tempo em que o “reconhecimento mútuo no amor”. O termo “sujeito” inscreve-se, aqui, na continuidade da construção histórica do individualismo oriundo da modernidade, mas em uma dupla crítica do *homo aeconomicus* redutor e do liberalismo político frustrante. Mas, ao retomarmos categorias oriundas da filosofia existencialista ou

da psicanálise, não estamos nos afastando da sociologia?

De fato, como nos mostra Dubet, no seu *Sociologie de l'expérience* (1994, p. 127), as três lógicas destacadas por Touraine (identidade, oposição, totalidade) são, ao mesmo tempo, autônomas e individualizadas, de maneira que “um de cada vez, os atores individuais adotam todos os pontos de vista”. Segundo ele, portanto, é por e na “construção da experiência social” que a *subjetividade do indivíduo singular*, promovida à posição de objeto da sociologia, se torna o produto de um *trabalho reflexivo* que adquire a forma de uma tentativa de “combinatória de lógicas autônomas” (*ibidem*, p. 109). A sociologia dos movimentos sociais transforma-se, portanto, em “sociologia da experiência” e conserva esta dissociação entre o ator individual e o sistema social pulverizado, entre o indivíduo de inserções múltiplas e as instituições em crise de legitimidade e, quase sempre, de eficácia. Não é mais possível, portanto, reduzir os indivíduos a categorias coletivas preexistentes: ao se individualizarem, os atores, transformados em “plurais”, do mesmo modo que os agentes atingidos pela “desfiliação” (Castel, 1995), se tornam vagos, problemáticos, desorientados.

O sujeito em questão, portanto, transforma-se potencialmente em um *indivíduo reflexivo* que, através da sua experiência, entregue ao sociólogo, “descobre-se uma subjetividade pessoal”, oferece um “sentimento de estranheza”, advindo em particular da sua “distância dos papéis”, esforça-se em “explicar-se e justificar-se”, acha-se na obrigação de “criar muitas lógicas” e de “organizar o trabalho de sua experiência” (Dubet, 1994, p. 134). As entrevistas tornam-se, assim, do *tipo clínico*, ao menos no sentido de singular, pessoal, isto é, íntimo. É o acesso a uma *linguagem sobre si mesmo* que passa a ser o motivo das entrevistas com um sociólogo, às vezes mal diferenciada de uma “psicologia clínica”, e este mal preparado para interpretá-la. Como o eu é cada vez mais múltiplo, complexo e desestruturado, sua entrega se faz por meio de palavras cada vez mais díspares, ambivalentes, “barrocas” (Schwartz, 1990). Que pode fazer o sociólogo, além de recolher os sofrimentos de um sujeito aflito? Em que as entrevistas coletivas permitem “neutralizar” a expressão destes sofrimentos e ancorá-los na experiência social? São questões cruciais, para as quais as diversas práticas da “sociologia clínica” não trazem, todas, a mesma resposta. Além da dimensão terapêutica, que nos faz ingressar no campo da clínica psicológica (e psicanalítica), a *dimensão da linguagem* parece central: que elo estabelecer entre a subjetividade reflexiva e a consideração da linguagem?

A entrevista de tipo clínica ou “compreensiva” (Kaufmann, 1996), é um recurso maior para o sociólogo que vai tentar *compreender* as justificativas, ou as interpretações que o sujeito dá de si mesmo, em um contexto dado e no interior de uma trajetória determinada. A linguagem, a palavra, são mediadores dessa compreensão de si mesmo, que passa por uma articulação de diversas lógicas de ação. Mas, a maior parte do tempo, o sociólogo que pratica a entrevista “compreensiva” ou a entrevista “de explicitação”, isto é, a entrevista explicitamente “clínica”, interessa-se menos pela singularidade de seu interlocutor do que pela maneira como esse argumenta suas *lógicas de ator* ou suas *justificativas de*

agente. O que lhe interessa, em geral, de fato, são as diversas maneiras de se construir essas ações, de reagir às políticas, às pressões, aos dispositivos, de se orientar nas organizações. A este respeito, os sociólogos que levam em consideração a singularidade das experiências expressas nessas entrevistas, em geral, oscilam entre uma postura “*ilustrativa*”, selecionando trechos que fortalecem a tese que querem defender e uma postura “reintegrativa” que considera, como no paradigma estratégico, que o que é dito é transparente e informa diretamente sobre as situações ou as práticas invocadas. Dificilmente, escapam da alternativa que consiste em “encobrir” uma interpretação preexistente, ou em se proibir qualquer interpretação em nome da transparência das palavras, transformadas em simples testemunhos (Demazière e Dubar, 1997, cap. 1).

Uma solução pode consistir evidentemente em tentar se considerar estas entrevistas como equivalentes de sessões de uma cura psicanalítica, e de lhes aplicar um ou outro dos esquemas de interpretação desta “disciplina”, sempre conservando uma perspectiva sociológica e tentando articulá-la com a precedente (De Gauléjac, 1987). Mas, não corremos o risco, então, de acrescentar uma *imposição de interpretação* a uma outra? Interpretar os sofrimentos engendrados por uma trajetória de forte ascensão social, como o preço neurótico a ser pago para integrar-se, como trãnsfuga, em outra classe social, não corremos o risco de cometer uma violência interpretativa, sem ancoragem suficiente nas palavras que realmente foram pronunciadas? Ou, ao contrário, pretender que as entrevistas restituídas digam por si só a respeito da raiz social dos males psíquicos, e que desenvolvam uma espécie de tomada de consciência sociológica a respeito de cada sujeito, não corremos o risco de colocar uma grade de leitura em um texto cujas condições de produção e de re-transcrição se mantém obscuras? Daí que o sociólogo “clínico” depara com a temível questão da sua interpretação da linguagem comum: se não é nem “fictícia” (alienada) nem “transparente” (reflexo), o que está correto e como deve ser tratado?

O indivíduo, autor de seu relato na sociologia hermenêutica

Na perspectiva teórica da sociologia das identidades, ou melhor, das formas identitárias, que Demazière e eu tentamos implementar no *Analyser les entretiens biographiques* (1997), adotamos outro ponto de vista sobre a subjetividade e a linguagem do que o da “sociologia clínica”, em suas diversas acepções. Para retomar os termos de Ricoeur (1990), não é a *ipseité*³ do sujeito reflexivo, enquanto ator que busca certa unidade de *si mesmo* por meio da articulação de suas lógicas de ação o que nos interessa, mas a *mêmeté* de um *sujeito singular relatando-se através das aléias e dos acontecimentos de sua biografia, concebida como produção narrativa de si mesmo*. Conforme a tradição filosófica associada a essa palavra (Gadamer 2004), e incorporando os recursos da análise estrutural e da fenomenologia, chamei, aliás, de “hermenêutica” a esse 4º paradigma (Dubar, 2007, p. 6).

O eu está aí definido como um processo biográfico e não apenas uma rede relacional.

3 Noções desenvolvidas por Paul Ricoeur, “*ipseité*”, “*mêmeté*” como duas significações de identidade. *Ipséité* (variabilidade) e *memeté* (repetição, permanência).

É produzido socialmente pela seqüência de acontecimentos e de experiências selecionadas pelo sujeito para se contar a si mesmo e se definir. Mas se constrói também “narrativamente” por e na interação com o pesquisador, no decorrer da entrevista biográfica. Essa é orientada por uma perspectiva teórica de tipo analítica: facilitar, por todos os meios, a expressão de um “mundo”, quer dizer, de uma ordem categórica assumida pelo locutor, e de um universo de crenças relativas a esse mundo, levando em consideração a sua relação com ele. É, portanto, pela análise dos *modos de categorização social* e das *argumentações sobre suas crenças*, registradas pela entrevista e inscritas na materialidade do discurso, que o sociólogo pode reconstituir, por meio de esquematizações sucessivas, a trajetória subjetiva que se exprime na trama do relato biográfico. O indivíduo se torna, assim, autor do relato dos seus atos, de sua vida apropriada por ele por e no interior da linguagem em ato (Leimdorfer, 2008).

É bom lembrar que, há 60 anos, Benveniste (1948) se surpreendeu com a diferença entre agente e autor no baixo latim e havia oposto, em grego e em latim, nomes de agentes formados em *ter* e outros em *tor*. Essa oposição semântica coincide com uma distinção entre aqueles que fazem algo, concluem uma ação e aqueles que exercem uma função, são reconhecidos como “proprietários” de seus atos. Assim o BOTOR guarda o rebanho, mas o BOTER é boiadeiro, o DOTOR dá o dinheiro, mas o DOTER é intendente, o IXTOR cuida e cura, mas o IXTER é médico. O autor, ao contrário do agente, vê sua atividade reconhecida NO TEMPO e passa de um simples produtor de um ato ao responsável, proprietário dos seus atos considerados como criativos, e, portanto, capaz de “professar” (sustentar pela palavra) a legitimidade dos seus atos.

O indivíduo singular é, assim, considerado ao mesmo tempo como um produto das suas experiências passadas e um produtor das suas antecipações do futuro, um *autor* do seu relato. Produto das suas interações significativas com os outros, significativas e generalizadas (Mead, 1933), também é produtor dos significados (categorias e proposições) que seleciona e organiza na construção do seu relato. O indivíduo não é mais concebido aqui como um “agente”, oriundo da estruturação de um *habitus* e totalmente imerso em práticas que acionam estes *habitus*. Durante a entrevista ele está mais em uma *postura reflexiva*, que permite um distanciamento em relação aos seus papéis e as suas “identidades virtuais” (Goffman, 1962). É, ao mesmo tempo, produto das “relações sociais em seu desenvolvimento histórico” e produtor das “lógicas de ação em seu desenvolvimento biográfico” (Bertaux, 1997). O indivíduo não é mais considerado como um “ator” estratégico, engajado por escolha própria em uma ação coletiva específica. Ele se confronta com uma oportunidade de contar sobre si mesmo naquele espaço de tempo, de unir momentos diferentes de sua vida, de justificar bifurcações ou continuidades, de ordenar o fluxo de sua existência, em resumo, de inventar-se uma *identidade narrativa*.

Relatar seu percurso enquanto *sujeito narrativo*, autor do seu *relato* não significa que seja considerado, *a priori*, como “autor e responsável por seus atos”. De fato, a maior parte do tempo, os relatos biográficos misturam coerção e decisão, determinações (sociais,

escolares, espaciais etc.) e estratégias (profissionais, afetivas etc.), atribuições (estigmatizações, rotulações etc.) e reivindicações (estabilidade, reconhecimento etc.). Definir o indivíduo como *autor* não é, portanto, atribuir-lhe uma autonomia todo-poderosa, mas fazer dele o produtor-enunciador de um *discurso* que, através das coerções do relato, induz e permite uma articulação entre determinações sociais e construção pessoal, socialização e estratégias. A narração, como processo de construção identitária é, portanto, o relacionar identificações atribuídas por outro e identidades reivindicadas por si (Dubar, 1991). Essa produção de um relato sobre si é, ao mesmo tempo, a *categorização* de um “mundo” (Demazière, 2003) e uma sucessão de *argumentações* sobre as suas relações com o mundo (e com os outros). É a análise estrutural que permite que se encontre, através das funções e dos agentes do relato e sua articulação, o *discurso* que garanta a continuidade da narração e a compreensão da sua trama. São os recursos da análise do discurso que permitem, em seguida, caracterizar as formas identitárias típicas mobilizadas no ato de contar. São, enfim, as perspectivas da fenomenologia que permitirão relacionar essas formas discursivas aos “mundos vividos”, ligados a formas diferentes de intencionalidade.

A pluralidade dos usos de linguagem e a diversidade dos pontos de vista sociológicos

Contra a tese da “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1977) e a do “pequeno cinema identitário” (Kaufmann, 2001), defendo, portanto, o princípio segundo o qual, na entrevista biográfica bem-sucedida, próxima talvez da situação da cura analítica, produz-se não variedades de “discursos fictícios, elaborados para fazer face a situações de pesquisa” ou espécies de “racionalizações destinadas a valorizar-se ou a responder às expectativas do pesquisador”, mas muito mais um processo de exploração de si, de construção dialógica dos sentidos subjetivos, associados às etapas e aos acontecimentos de sua vida relatada. É verdade que certas condições da entrevista sempre correm o risco de transformar a entrevista biográfica em uma banal “compilação de dados” (quando ela não se transforma em um interrogatório policial), o que não implica tratar o interlocutor como um autor do seu discurso. Nesse sentido, a *sociologia clínica*, reivindicando este tipo de entrevista, aparece em geral como um albergue espanhol: cada sociólogo leva a sua concepção da sociologia, incluindo a que atribui à palavra uma função puramente instrumental.

Ao contrário, na *sociologia hermenêutica*, como às vezes em uma sociologia clínica de inspiração psicanalítica, a produção de uma palavra sobre si mesmo constitui o objetivo primeiro da situação da entrevista, que se torna, portanto, objeto de uma negociação prévia e de um acordo confirmado do sujeito concernente. É, portanto, enquanto sujeito da enunciação (Benveniste, 1974) que este entrega um relato na primeira pessoa. É, a seguir, enquanto sujeito reflexivo que ele se engaja em um empreendimento de “retorno a si mesmo”, e de explicitação dos “acontecimentos biográficos” (Leclerc-Olive, 1997) que estruturam o seu passado. É, enfim, enquanto autor de sua trama unindo estes acontecimentos a antecipações de futuro, sempre problemáticas, que o sujeito se torna narrativo (Ricou-

er, 1990). Esse processo se aplica particularmente à enunciação dos *momentos cruciais da existência* que incluem, por exemplo, a entrada na escola e as estigmatizações precoces, a saída da escola e o enfrentamento com o mercado de trabalho, o encontro amoroso, o casamento, o nascimento das crianças, o acesso ao emprego, a mobilidade geográfica e profissional, o engajamento político ou humanitário, a experiência do desemprego, a aposentadoria etc. Através dos processos lingüísticos e dialógicos do relato, pela ordenação e argumentação que eles supõem, esboça-se, comprova-se e coloca-se em palavras, de uma maneira sempre imperfeita e provisória, um uso da linguagem bem particular, que Benveniste (1974) chama *vernacular* e que permite construir e exprimir uma subjetividade em movimento, repleta de afetividade e de emoções.

Mas outro uso surge na entrevista propriamente biográfica, na base de uma racionalização dessa linguagem vernacular: trata-se de um uso propriamente **discursivo** da linguagem construtora de sentido, a partir de uma experiência organizada. (Cassirer, 1923). Graças a essa concretização em forma de relato, a análise estrutural e a fenomenologia podem permitir-se reconstituir os “mundos” constitutivos de uma *identidade narrativa* que, como bem viu Ricoeur (1990), supõe uma construção de si como autor, “entre a história e a ficção”, associada a uma visão de mundo que inclui uma visão “ética”.

Não se trata mais, portanto, de que, por meio desses processos narrativos, se fazer reconhecer como *ator*, combinando as lógicas de ação para argumentar sobre certa *unidade de si mesmo na ação* ou, simplesmente, uma “competência de membro”, engajado em uma prática coletiva (Garfinkel, 1965) que implica a exposição de uma prática social determinada. Esta forma de reflexividade apela para outro uso da linguagem que Benveniste (1974) chama *veicular*, e que é totalmente orientada para a comunicação na prática, servindo para orientar e ajustar as interações dos participantes de uma ação coletiva. Tenho a impressão de que é essa linguagem que caracteriza a categoria de autor, a única a se colocar cada vez mais no feminino; a autora faz sua entrada na sociologia.

A pluralidade das formas identitárias e a questão da identidade pessoal

Todas estas denominações de indivíduos me parecem, em resumo, legítimas, do momento em que admitamos que os indivíduos com os quais os sociólogos trabalham (nas sociedades “modernas”) são seres plurais e pluralistas, fazendo usos muito variados da linguagem, e mantendo relações subjetivas diversificadas com o mundo, com os outros e com eles mesmos. É normal que pontos de vista diferentes sobre estas *configurações dinâmicas* que constituem estes indivíduos (ao mesmo tempo processos e seres plurais) dependam de pontos de vista diferentes, alimentem teorias diferentes, incluídos em uma mesma disciplina, a partir do momento em que ela anuncia ambições epistemológicas. Elas parecem justificar o pluralismo da disciplina.

Resumamos as quatro “figuras” de “indivíduo” encontradas na sociologia francesa contemporânea, baseado nas pesquisas empíricas (Dubar, 2006). Enquanto que defini-

das pelos outros (instituições e indivíduos) por meio de categorias “oficiais”, instituídas ou simplesmente disponíveis, os *indivíduos-agentes* tem uma identidade de tipo *nominal*, atribuída e referida a uma posição e inclusão socioprofissional, cultural ou “étnica” (termo que ganha terreno), temporal e espacial, considerada como proeminente, “pronunciada”, principal, isto é, primordial.

Enquanto engajados nas diferentes esferas da vida social, os indivíduos “modernos” são, também, às vezes, indivíduos-atores, levados a investir (ou a recusar a investir) em jogos sociais nos quais eles podem se tornar *indivíduos-atores*. Adquirem, assim, outra forma identitária de tipo *estatutário*, porque ela se inscreve nas normas de uma ação coletiva organizada. Este Eu mesmo *estatutário* (De Singly, 1998) está marcado pelo tipo de contexto onde se desenvolve: o da vida pública, da profissional, da organizacional.

Enquanto confrontados com uma pluralidade de papéis e de lógicas de ação, com incertezas crescentes sobre o futuro do mundo e deles mesmos, os *indivíduos-sujeitos* enfrentam-se com crises inerentes à modernidade. É assim que se tornam *sujeitos*, no sentido existencial do termo: deslocados em relação às suas múltiplas inserções, angustiados em face das incertezas de seus papéis de atores, fatigados e deprimidos por terem de ser eles mesmos (Ehrenberg, 1998). Quando sobrevêm as crises, surge esta forma identitária do tipo *reflexivo* que afeta o desdobramento de si mesmo e ressentido da necessidade de um acompanhamento desse Eu *íntimo (idem)*, do qual numerosos pesquisadores constatam a invasão, em períodos críticos da vida pessoal, assim como nas crises da história social (Le Rider, 1990). Este fato comprovado é suficiente, sem dúvida, para legitimar um enfoque do tipo clínico na sociologia.

Enfim, enquanto coagidos e incitados para as mobilidades cada vez mais frequentes e diversas, os *indivíduos-atores* caracterizam em si mesmos o que alguns chamam de a “pós-modernidade”, ou a “hiper-modernidade”, mas que eu prefiro juntar a essa segunda modernidade reflexiva, definida por Beck (1986) como a “sociedade de risco”, e por Giddens (1991) como a “sociedade da *self-identity* (identidade de Si)”. Esses indivíduos cada vez mais são solicitados a “contar sobre si mesmo”, a construir e dizer os seus projetos, a “se valorizarem”, isto é, “se venderem” em um mercado de trabalho cada vez mais flexível e ramificado (e um mercado matrimonial cada vez mais aberto). De fato, esta forma identitária de tipo *narrativa* não é tão nova, como tão bem viu Max Weber (1904): ela está no início de sua figura de empresário puritano. Nesta figura, o uso da linguagem não é mais somente vernacular, íntimo e afetivo, ele é exatamente *discursivo*, porque toda ação de relato implica a construção de uma intriga, de uma argumentação sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre o Outro. Desse último ponto de vista, o sujeito narrativo torna-se *autor* do seu relato, não um indivíduo racional e abstrato, mas um *ser de linguagem* que, através das determinações de sua biografia, constrói um sentido subjetivo para sua vida. Esta identidade pessoal, sempre em construção e em reconstrução, obriga-o, para poder afirmá-la, combinar as formas identitárias diversas em todos os domínios da vida social e da experiência pessoal. Ela é inseparável do fato de se colocar em palavras a “história que

cada um conta a si mesmo sobre aquilo que é” (Laing, 1962). A sociologia se encontra assim com outras ciências humanas e, antes de mais nada, com as ciências da linguagem (Leimdorfer, 2008).

Referências Bibliográficas

- BECK, U. *La société du risque*. Tradução Aubier, 1992[1986].
- BENVENISTE, E. *Nom d'agent et nom d'action en indo-européen*. Paris: Alcan, 1948.
- BENVENISTE, E. “De la subjectivité dans le langage”. *Problèmes de linguistique générale 1*. Paris: Gallimard, 1966, pp. 258-66.
- BENVENISTE, E. “Le langage et l'expérience humaine” et “Structures de la langue et structures de la société”. *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris: Gallimard, 1974, 67-102.
- BERTAUX, D. *Les récits de vie*. Paris: Nathan, 1997.
- BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard, 1997.
- BOURDIEU, P.; Chamboredon, J. C. & Passeron, J. C. *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton, 1968.
- BOURDIEU, P. “Avenir de classe et causalité du probable”. *Revue Française de Sociologie*, XV, 1974, pp. 3-42.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire*. Paris: Editions de Minuit, 1982.
- BOURDIEU, P. “L'illusion biographique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 62-63, 1986, pp. 53-76.
- BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil (Liber), 1994.
- BOURDIEU, P. *Le bal des célibataires*. Paris: Seuil (Points), 2002.
- CASSIRER, E. *La philosophie des formes symboliques. 1. Le langage*. Paris: Minuit, 1972 [1923].
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.
- CROZIER, M. & FRIEDBERG, E. *L'acteur et le système*. Paris: Seuil (Points), 1977.
- DE GAULÉJAC, V. *La névrose de classe*. Paris: Hommes et Groupes Editeurs, 1987.
- DE SINGLY, F. *Le soi, le couple et la famille*. Paris: Nathan, 1998.
- DEMAZIÈRE, D. & DUBAR, C. *Analyser les entretiens biographiques*. (2ème. Édition Paris: Nathan/Québec, Presses de l'Université Laval, 2004 [1997].
- DUBAR, C. *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: A. Colin (Coll. U), 1991.
- DUBAR, C. *La crise des identités. L'interprétation d'une mutation*. Paris: PUF (Lien social), 2000.
- DUBAR, C. *Faire de la sociologie. Un parcours d'enquêtes*. Paris: Belin (Perspectives sociologiques), 2006.
- DUBAR, C. “Les sociologues face au langage et à l'individu”. *Langage et société*, n° 121-122, septembre-décembre, 2007, pp. 29-43.
- DUBET. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil, 1994.
- DURKEIM, E. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: réed. PUF, 1895.
- EHRENBERG, A. *La fatigue d'être soi. Dépression et société*. Paris: Odile Jacob, 1999.
- GADAMER, H-G. *Esquisses herméneutiques*, Paris: trad Vrin 2004[1974].
- GIDDENS, A. *Modernity and Self-identity*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- KAUFMAN, J-C. *L'entretien compréhensif*. Paris: Nathan, 1996. (128)

- KAUFMAN, J-C. **Ego. Pour une sociologie de l'individu**. Paris: Nathan, 2001.
- LAING, R. **Soi et les autres**. Paris: Trad. Gallimard, 1991[1959].
- LECLERC-OLIVE. **Le dire de l'événement biographique**. Lille: Presses du Septentrion, 1997.
- LE RIDER, J. **Modernité viennoise et crise des identités**. Paris: PUF, 1990.
- LEIMDORFER, F. **Les sociologues et le langage**. Paris: Belin, 2008 (no prelo).
- LÉVI-STRAUSS, C. **L'identité. Séminaire au Collège de France**. Paris: PUF (Quadrige), 1977.
- MEAD, G-H. **L'esprit, le soi et la société**. (nouvelle traduction). Paris: PUF (Lien social), 2006 [1933].
- RICOEUR, P. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.
- RICOEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.
- TOURAINÉ, A. **Critique de la modernité**. Paris: Fayard, 1992.
- WEBER, M. **L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme**. Paris: trad. Plon, 1964 [1904].